

**A** comemoração do Dia Nacional da Consciência Negra, em 20 de novembro, é fundamental para a construção de uma nova cultura política em nossa sociedade. Esta data é marcada pela luta contra o preconceito racial, pela valorização da cultura afro-descendente e por discussões que visam trabalhar a conscientização das pessoas em torno da importância do povo africano na formação do estado brasileiro e da cultura do nosso país. Essa data é simbólica, mas o tema necessita ser trabalhado durante todo o decorrer do ano letivo.

É Fundamental lembrarmos da Lei 10.639, sancionada em 2003, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira no Ensino Fundamental e Médio e a sua importância para implementar práticas antirracistas no ambiente escolar. No entanto, para efetivar a lei, é preciso não só o engajamento dos professores em sala de aula, mas de toda a escola e da comunidade escolar. É preciso que se recupere o orgulho de ser negro.

# Dia Nacional da Consciência Negra



## Teatro destaca a importância da data

Para reafirmar o compromisso da educação no combate ao racismo, o CPERS, através de seu Departamento de Cultura, realiza, no dia 20 de novembro, às 17h30, a apresentação da peça "Eu não sou macaco!", com a atriz e professora Dedy Ricardo. O espetáculo ocorrerá no Salão de Atos Thereza Noronha, no 9º andar da sede central do Sindicato (Alberto Bins, 480, Centro - POA).

A apresentação denuncia diversas injustiças cometidas em relação aos(as) cidadãos(as) negros(as). Utilizando-se da linguagem teatral como forma de manifestação política, a atriz

retoma os nomes e assume as identidades e as histórias de Cláudia da Silva Ferreira - a mulher arrastada por uma viatura da polícia pelas ruas de uma favela do Rio de Janeiro, Amarildo Dias de Souza - desaparecido após interrogatório na Unidade de Polícia Pacificadora na Rocinha, Paulo Afonso Soares - militante gay assassinado em Porto Alegre - além de figuras históricas, como João Cândido e os Lanceiros Negros, como forma de manter acesa a capacidade de indignar-se com tais injustiças e lembrá-las para que não tornem a acontecer novamente.

Agência para devolução: AGF Baltazar - CEP: 91130973 - Porto Alegre/RS

Informações acesse: www.cpers.org.br  
ou ligue para: 51 3254.6000

Responsável: / /

Reintegrada ao serviço postal em: / /

Informação escrita pelo porteiro ou síndico

End. Insuficiente

Falecido

CEP

Ausente

Desconhecido

Não existe número indicado

Não procurado

Recusado

Ao Carteiro: Em caso de serviço de Devolução Eletrônica, por gentileza, efetuar a baixa deste objeto no Sistema CEDO, indicando o motivo de sua não-entrega.

# Conselho Geral aprova calendário de mobilização



**O Conselho Geral do CPERS aprovou, no dia 31 de outubro, um conjunto de propostas de mobilização, apresentadas pela Direção Central. Na ocasião, também foi encaminhada a eleição do novo Conselho Fiscal do Sindicato.**

## Confira as propostas aprovadas:

- Comunicar aos sócios as informações que dizem respeito a sua vida funcional;
- Propor calendário de discussões/debates, por núcleo, com a participação da Direção Central, para trabalhar as pautas da categoria:
  - Plenárias regionais: novembro/dezembro 2014. Iniciam em 18 de novembro e seguem até o dia 12 de dezembro, em diversas regiões do Estado;
  - Conselho ampliado: fevereiro de 2015;
  - Assembleia Geral: março de 2015.
- Lutar pela garantia das liberações e cedências dos diretores de núcleos e da Direção Central;
- Lutar pela garantia das liberações dos funcionários (as) e professores(as) para a participação em cursos de qualificação;
- Lutar contra a regulamentação da meritocracia e do uso de recursos públicos para a iniciativa privada, apontados pelo Plano Nacional de Educação - PNE;
- Construir o Encontro Estadual de Funcionários de Escola (2015);
- Realizar reunião de planejamento das atividades com professores e funcionários aposentados (período 2014/2015);
- Organizar campanha para novas filiações ao Sindicato;
- Propor que todos os núcleos incorporem uma agenda em prol do "Dia Nacional da Consciência Negra", a fim de contribuir para um processo de educação antirracista nas escolas.

## CPERS avança em conquistas para a categoria

A direção do CPERS reuniu-se, em outubro e novembro, com representantes do governo, na Casa Civil. Após as audiências, foram obtidos os seguintes avanços à categoria:

**Adicional Noturno:** foi publicada em 20/10/2014, no Diário Oficial do Estado, a Portaria nº 169/2014 que trata da implantação do Adicional Noturno na folha de pagamento de professores e funcionários de escola. A mencionada Portaria assegura a implantação do adicional noturno em folha de pagamento a professores e funcionários já no mês de outubro de 2014.

Para os professores existe, ainda, a possibilidade de adesão ao acordo para pagamento dos valores retroativos contados de 04 de novembro de 2013 até a implantação em folha de pagamento. No entanto, importante assinalar que a adesão à proposta de pagamento administrativo do Estado engloba somente o período a partir de novembro de 2013, enquanto a cobrança por processo judicial alcança os últimos 5 anos, ou seja, a partir de 2009. A adesão ao acordo implica na desistência da ação e na renúncia à cobrança judicial dos valores atrasados.

Portanto, a adesão ao acordo proposto pelo Estado do Rio Grande do Sul não contempla todo o período no qual o servidor tem assegurado o seu direito, sendo necessário, para isso, o ingresso de ação judicial.

**Promoções e nomeações:** Foram promovidos aproximadamente 4.500 professores em novembro deste ano. Em novembro foram nomeados 732 professores e em dezembro deste ano serão mais 600. Com isso, ficarão integralizadas a nomeação de 8.349 professores das 10 mil vagas anunciadas no concurso.

**Concurso Público para funcionários:** o concurso destina-se ao provimento de 1.393 vagas para os cargos de Agente Educacional I: Técnico em Nutrição (240 vagas); Agente Educacional II: Assistente Financeiro (270 vagas), Técnico em Informática (114 vagas), Administração Escolar (354 vagas), Interação com o Educando (339 vagas) e Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais - Libras (76 vagas). As inscrições, no valor de R\$ 63,69, vão até o dia 18 de novembro, no site da Fundatec - www.fundatec.org.br. As provas teórico-objetivas estão previstas para o dia 21 de dezembro. Já a prova de títulos tem prazo de entrega entre 29 de janeiro e 5 de fevereiro de 2015. O salário inicial é de R\$ 1.117,29 para uma jornada semanal de 40 horas.

A direção do CPERS manifestou sua preocupação com a necessidade de ampliar o quadro de Agente Educacional I: Infraestrutura e alimentação. "Em todo o Estado, verificamos a urgência de aumentar o número de trabalhadores dessas áreas. Temos dentro das nossas escolas uma falta de funcionários que impede que as instituições trabalhem com sua potencialidade total", observou a presidente do Sindicato, Helenir Aguiar Schürer.

**Vice-Diretores:** A Secretaria da Educação orientou as direções de escola para que elaborem declarações informando o nome e a data em que os vice-diretores assumiram o cargo para que o pagamento possa dar-se de forma retroativa desde janeiro de 2013.

**Profucionário:** Em reunião realizada no dia 13 de novembro, representantes do governo reafirmaram a adesão ao programa e que o curso será válido para avaliação dos funcionários visando à promoção.

**Vale-Refeição:** Representantes do governo entregaram cópia do Projeto de Lei que altera o sistema de vale-refeição à direção do Sindicato. Como a legislação eleitoral e a Lei de Responsabilidade Fiscal impedem o seu envio à Assembleia Legislativa, o projeto será repassado ao futuro governo durante o período de transição. Junto com o PL, o governo repassou ao Sindicato o aval da Secretaria da Fazenda quanto à viabilidade econômica do projeto.

## Conselho Geral reúne-se no dia 21 de novembro

O CPERS/Sindicato reúne o seu Conselho Geral no dia 21 de novembro, às 8h30min, no Salão de Atos Thereza Noronha, na sede central do sindicato, em Porto Alegre. O encontro deve aprofundar o debate sobre as reivindicações da categoria.

## Audiência pública discute parecer do CEED

No início de novembro, foi realizada audiência pública no plenarinho da Assembleia Legislativa para debater o parecer encaminhado para análise pelo Conselho Estadual de Educação – CEED, que prevê norma impedindo as escolas do Estado, tanto públicas quanto privadas, a suspender, afastar ou realizar a transferência compulsória de estudantes, mesmo que envolvidos em transgressões disciplinares. O debate, realizado pela Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia, foi presidido pelo deputado Ernani Polo e contou com a participação da direção do CPERS, comunidade escolar, sindicatos e órgãos ligados a educação, além de deputados.

Durante a audiência, a presidente do CPERS, Helenir Aguiar Schürer, destacou a necessidade de realizar um grande debate com todas as instâncias envolvidas, verificando quais as responsabilidades que competem às diferentes esferas da sociedade. "Sabemos que a expulsão apenas transfere o problema, mas é preciso reconhecer que as escolas têm seus limites. Somos trabalhadores solitários, cobrados como psicólogos, assistentes sociais e, muitas vezes, inclusive, como pais e mães. Precisamos que toda a sociedade esteja junto conosco para construirmos uma saída para essa questão. A educação é um processo que transcende o espaço da escola", observou.

O CPERS solicitou a retirada permanente do parecer e a realização de audiências públicas que discutam a questão em todo o Estado. Ainda não há prazo para que o parecer seja votado.

## Educação

# Compromisso da sociedade com a valorização dos educadores

**O**s educadores brasileiros são responsabilizados pela qualidade da escola pública, até mesmo os problemas que são frutos do sistema social em que vivemos, muitas vezes, são vistos como consequências da relação da comunidade escolar.

Na atualidade, ocorrem grandes debates sobre a realidade brasileira. Para alguns, o caos está instalado, para outros há melhorias em vários aspectos. Neste bojo, a escola também é questionada, seja pelos avanços atingidos ou pela falta destes. A sociedade é refletida no espaço escolar, com seus aspectos positivos, e os conflitos que carrega são trazidos para dentro das escolas.

Dos educadores são exigidas muitas responsabilidades, que vão além de trabalhar o conhecimento. São cobrados como psicólogos, assistentes sociais e outras carências de estrutura social e familiar, que tornam o trabalho mais complexo. O trabalho árduo dos professores, muitas vezes é solitário e nem sempre é valorizado. Os funcionários de escola são educadores que ajudam a manter a escola

pública funcionando. Desta integração da comunidade escolar é que depende o funcionamento positivo das instituições.

Precisamos resgatar e valorizar a educação pública, garantindo para professores e funcionários de escola, além de um salário digno, boas condições de trabalho. Para garantir o pagamento do Piso Salarial será necessário uma luta nacional para que a regulamentação dos recursos dos royalties do petróleo sejam enviados para estados e municípios e investidos na educação, prioritariamente no pagamento aos educadores.

Vários setores da sociedade disputarão estas verbas, e nós educadores gaúchos precisaremos nos aliar aos educadores de todo o país para que consigamos com essa unidade garantir que a educação brasileira receba os investimentos necessários. O crescimento de nosso país, em vários aspectos, depende muito da educação. Educadores bem remunerados, com melhores condições de trabalho, poderão contribuir ainda mais para a formação de um país mais justo.

## CPERS homenageia trabalhadores em educação

**P**ara celebrar o Dia do Professor e o Dia do Funcionário de Escola, comemorados, respectivamente, nos dias 15 e 28 de outubro, o CPERS realizou uma programação cultural. No salão do Sindicato, eles foram recepcionados pelo músico Chris Mithra, que apresentou repertório de músicas de bandas como Bee Gees, Creedence e Legião Urbana.

Outro ponto alto da programação foi a oficina “De Kandinsky a Pollock: Cor, gesto e emoção”, ministrada pelo renomado artista plástico e professor do Estado há 36 anos, Aloizio Pedersen. A partir das técnicas dos artistas Kandinsky e Pollock, que trabalham as emoções por meio das cores, Pedersen levou o público a expressar suas emoções através da pintura de uma tela. “É como se nos transpor-

tássemos para dentro da tela. Achei maravilhoso”, observou a funcionária de escola aposentada, Olga Regina Veríssimo. “O foco é no ser integral, muitas vezes esquecido nas escolas. É preciso aceitar a emocionalidade dos alunos. Não vou mudar muitas realidades, mas posso fortalecê-los para que enfrentem as situações”, explicou Pedersen.

A presidente do CPERS, Helenir Aguiar Schürer, saudou os trabalhadores em educação. “Parabenizo a todos os colegas pela dedicação e empenho diários em nossas escolas. É uma grande alegria estar com vocês. Hoje, esse espaço simboliza uma história linda que nos orgulha e desafia a continuar essa construção histórica e lutar, cada vez mais, por avanços a nossa categoria”, destacou.

## O Plano Estadual de Educação - PEERS e as nossas reivindicações

**N**os dias 28, 29 e 30 de novembro ocorrerá, em Porto Alegre, o Encontro Estadual para discussão e aprovação do Plano Estadual de Educação - PEERS. Participarão do evento representações da sociedade civil organizada e dos governos, que irão debater o texto inicial construído pelo Fórum Estadual de Educação - FEE e analisado nas escolas e demais entidades.

O PEERS é fundamentado nas resoluções e metas do Plano Nacional de Educação - PNE. Contudo, apresenta adaptações de acordo com as especificidades do Estado e dos municípios gaúchos. Esse documento servirá de referência para o desenvolvimento da educação nas redes públicas e privadas nos próximos dez anos. Nesse sentido, se faz necessário reafirmarmos e aprovamos, neste encontro, pautas que são de grande importância para nossa categoria, como:

- A implementação imediata do Piso Salarial Profissional Nacional - PSPN como básico do Plano de Carreira;
- A garantia de 1/3 de hora-atividade;
- A destinação dos recursos dos royalties do petróleo PSPN dos (as) educadores (as);
- A ampliação do PSPN para todos os profissionais da educação devidamente profissionalizados;
- Adotar o Profucionário como programa institucional de formação dos funcionários de escola;
- Reforçar a importância e ampliar a gestão democrática e participativa das instituições de ensino;
- Exigir qualidade dos programas de formação inicial e continuada de educadores (as).



Foto: Arquivo Cpers

Expediente  
**sineta**

Publicação do CPERS/Sindicato Filiado à CUT e à CNTE - Av. Alberto Bins, 480 - Centro - 90030-140 - Porto Alegre - Fone: (51) 3254 6000. Presidente: Helenir Aguiar Schürer. 1ª Vice-presidente: Solange da Silva Carvalho. 2ª Vice-presidente: Luiz Veronezi. Secretário Geral: Edson Rodrigues Garcia. Tesoureira Geral: Ida Irma Dettmer. Diretores Gerais: Alda Maria Bastos Souza, Ananda de Carvalho, Antônio João Ferreira de Lima, Cássio Ricardo Ritter, Enio Mânica, Iris de Carvalho, Glaci Weber, Mauro João Calliari, Rosane Terezinha Zan, Sônia Solange dos Santos Viana. Jornalista Responsável: Patrícia Araujo Cardon. (MTB 11686). Projeto Gráfico, criação, diagramação e revisão: Veraz Comunicação (51) 3311 0274. Impressão: VT Propaganda (51) 3232 9739. Tiragem: 49 mil exemplares.

## Reforma política e regulação da mídia: novas regras para o controle social do poder



Foto: Arquivo Cpers

O Brasil necessita de inúmeras reformas: tributária e fiscal, agrária, urbana, habitacional, administrativa, do Judiciário, da política e da mídia, entre muitas outras. Para que esse conjunto de reformas aconteça, com a abrangência e a profundidade necessárias, duas reformas precisarão preceder todas as demais: a da mídia e a do sistema político, que são essenciais para que se restabeleça a credibilidade do sistema político brasileiro e do conjunto das instituições públicas existentes no país. São duas reformas difíceis e complexas, porque se referem aos centros reais de poder, o político e o dos meios de comunicação de massa, responsáveis pela formação da opinião pública e tão poderosos que são conhecidos como o “quarto poder”.

A reforma dos meios de comunicação de massa, da mídia, diz respeito à regulação do acesso à propriedade dos veículos de comunicação, impedindo a ação de oligopólios e carteis de imprensa, e diz respeito, ainda, à proteção das reputações de indivíduos e instituições, que hoje não têm assegurado sequer o direito de resposta quando são ofendidos em sua honra, o que não se confunde com a limitação da liberdade de imprensa e da manifestação de opinião, valores fundantes das sociedades democráticas. Hoje, apenas cinco grandes grupos de mídia controlam a comunicação social no Brasil, detendo a propriedade de jornais, emissoras de rádio e televisão, controlando as transmissões de internet e TV a cabo e exercendo um tipo de propriedade e práticas comerciais que são proibidas em todos os grandes países democráticos do mundo, a exemplo dos EUA, Reino Unido, França, Inglaterra, Alemanha, Itália ou Japão, citando-se apenas alguns países de capitalismo avançado.

A regulação vigente nestes países não significa a limitação das liberdades civis ou empresariais, como se tornou moda afirmar hoje no Brasil, quando o assunto é a regulação da mídia, momento em que é evocado o conceito, aliás, impreciso, de “bolivarianismo”. Trata-se de possibilitar a emergência de muitas empresas de comunicação social e de incentivar a livre concorrência entre elas e, com isto, possibilitar que seja ampliada a

diversidade de opiniões e posicionamentos políticos oferecidos ao julgamento da opinião pública brasileira.

A reforma política, por sua vez, diz respeito à forma de eleger representantes e dirigentes públicos, de formar e de exercer governos. Sem que se defenda aqui nenhum sistema político-eleitoral em particular, precisaremos fazer com que aumente a legitimidade da representação política e se torne mais simples a constituição de maiorias governamentais; reduzir a fragmentação partidária nas casas legislativas e os custos das campanhas eleitorais e diminuir a prática do “toma-lá-dá-cá” entre os integrantes dos poderes Executivo e Legislativo. Uma reforma política que se faça com esses objetivos diminuirá as chantagens políticas atualmente exercidas por políticos e partidos para aprovar matérias de interesse dos governantes e da população e contribuirá, em muito, para que diminua a corrupção sistêmica existente há décadas, senão há séculos, tanto nas esferas públicas quanto nas esferas de atividades privadas no país. Pois, como é amplamente sabido, não existem corruptos quando não existem corruptores.

Tanto a reforma política quanto a regulamentação da mídia, entretanto, só acontecerão se ocorrer uma ampla mobilização social, pois sua realização não interessa, nem aos grandes grupos de mídia atualmente existentes no país, que obtêm grandes ganhos monetários e políticos com a situação atual, nem interessa à maior parte dos políticos com mandato no país, que se elegeram e se mantêm no poder pelas regras atualmente existentes. Serão reformas, além disso, que não poderão ser bancadas apenas pelo governo federal, que depende do apoio ou, ao menos, da não hostilização diuturna da grande mídia e dos partidos e políticos em exercício de mandato, para realizar, ao menos em parte, o plano de governo pelo qual foi eleito.

Será necessário promover uma forte campanha pela realização de um plebiscito, por meio do qual a população poderá decidir sobre a convocação ou não de uma Constituinte Exclusiva para a Reforma Política. Esta Constituinte é composta por cidadãos eleitos exclusivamente para modificar o sistema político-eleitoral e, depois, retornar às suas atividades cotidianas, sem exercer mandato de deputado ou senador.

Paralelamente à mobilização pela reforma política e pela convocação de uma Constituinte Exclusiva que a realize, será preciso também promover uma ampla mobilização pela reforma e regulação da mídia, a ser realizada pelo Congresso Nacional já eleito.

**Benedito Tadeu César**  
Cientista Político e  
Professor Universitário

Foto: Arquivo Cpers



## Departamento dos Aposentados planeja 2015

A direção do CPERS tem participado de inúmeras atividades realizadas com os aposentados em diversos Núcleos do Sindicato no Estado. As iniciativas destacam os cuidados com a saúde, a importância da prática de exercícios físicos e orientações sobre seus direitos, entre outras.

Com o objetivo de unir forças para garantir cada vez mais benefícios aos aposentados, o CPERS, através do Departamento dos Aposentados, realizará, no dia 20 de novembro, o planejamento das atividades para 2015. “Precisamos dar uma atenção especial, pois eles já trabalharam muito e contribuíram de forma significativa para nossa história. Agora, já aposentados, precisam estar bem informados e ter atividades que oportunizem bem-estar e qualidade de vida na terceira idade”, observa a diretora do Departamento dos Aposentados, Glaci Weber Medeiros.



## Núcleos debatem Profuncionário

Foto: Arquivo Cpers



Para marcar a passagem do Dia do Funcionário Público, os núcleos do CPERS de Uruguaiana e de Frederico Westphalen realizaram, nos dias 27 e 28 de outubro, respectivamente, encontros com os funcionários de escola para falar a respeito do Profuncionário, programa de formação oferecido a esses profissionais. Estiveram acompanhando essas iniciativas as diretoras dos Departamentos de Funcionários e Aposentados do CPERS, Sônia Solange Viana e Glaci Weber Medeiros.

A formação em nível técnico de todos os funcionários é uma condição importante para o desenvolvimento profissional e aprimoramento no campo do trabalho e, portanto, para a carreira. Entre seus objetivos fundamentais está a valorização do trabalho desses profissionais da educação, através do oferecimento dos cursos de formação inicial em nível técnico proporcionados pelo Profuncionário.

